

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.993 - RS (2019/0146986-4)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : SESC - ADMINISTRACAO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ADVOGADOS : CINARA AUDIBERT - RS030542**  
**GUSTAVO SANTOS ROCHA DA ROCHA - RS065749**  
**RAFAEL FRITSCH DE SOUZA - RS079614**  
**EDUARDO GRIGUC - RS092741**  
**SOLANGE KÜLKAMP VARGAS - RS101226**  
**RECORRIDO : CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**  
**ADVOGADO : GUILHERME RACHELLE ACCORDI - RS074881**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR DA CAUSA. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º, 6º e 8º DO ART. 85 DO CPC/2015. APLICABILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por SESC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF/1988, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, cuja ementa assim se resume (e-STJ fls. :

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER E COBRANÇA DE VALORES REMANESCENTES. PREGÃO PRESENCIAL 48/2014. SESC. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA (EPI'S E EPC'S). INADIMPLENTO PARCIAL DO CONTRATO POR PARTE DO CONTRATANTE. APELO PROVIDO. AÇÃO IMPROCEDENTE.

Opostos embargos de declaração, foram desacolhidos.

Sustenta a parte recorrente, além de divergência jurisprudencial, que o acórdão recorrido violou o art. 85, §§ 2º, 6º e 8º, do CPC/2015, uma vez que o valor de R\$ 2.000,00 fixado pelo Tribunal de origem a título de honorários advocatícios é irrisório, devendo ser majorado por esta Corte.

Aduz que houve impugnação ao valor originalmente atribuído à causa e que, por decisão judicial, a recorrida foi obrigada a retificá-lo e recolher as custas sobre o valor de R\$1.059.749,12.

Admitido o feito na origem, ascenderam os autos a esta Corte Superior de

Justiça.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão merece prosperar.

Isso porque o Tribunal de origem, no julgamento da apelação do recorrente, fixou os honorários advocatícios assim se manifestando (e-STJ fls. 525):

(...)

Diante do encaminhamento do voto, condeno a autora ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do §8º, do art. 85 do CPC. Tal quantia será corrigida monetariamente pelo IPCA-E, a contar da publicação deste acórdão, bem como acrescida de juros moratórios pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97), estes a contar do trânsito em julgado.

Instado a se manifestar sobre os critérios para fixação dos honorários advocatícios por equidade, a Corte de origem assim consignou, *verbis*:

(...)

*In casu*, não se mostra possível fixar os honorários conforme pretende a embargante, ou seja, sobre o proveito econômico almejado pela parte autora (R\$ 1.059.749,12).

O julgamento foi de improcedência da ação. Não há falar em proveito econômico.

Ademais, à causa foi atribuído o valor de alçada, não tendo a parte embargante impugnado o valor atribuído. Mostra-se, por isso, aplicável o disposto no § 8º, do art. 85 do CPC (apreciação equitativa). (e-STJ fl. 543)

Nota-se que na conclusão do Tribunal de origem, ao julgar os embargos de declaração, a aplicação por equidade parte da premissa de que o julgamento foi de improcedência e que não houve impugnação ao valor da causa.

Contudo, ao contrário do afirmado no acórdão embargado, verifica-se que o valor envolvido na lide, qual seja R\$1.059.749,12, que é valor da causa, foi retificado após o recorrente ter impugnado o valor de alçada atribuído provisoriamente na inicial pela recorrida, conforme o julgamento no processo nº 001/1.15.0161230-2 (CNJ: 0232963-93.2015.8.21.0001) - Impugnação ao valor da causa.

Em recente julgamento do REsp 1.746.072, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça confirmou o entendimento de que os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária, quando não for possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.

Com efeito, o § 8º do art. 85 do NCPC determina que "*Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º*".

E, na linha da jurisprudência desta Casa, "O § 8º do art. 85 do NCPC somente será aplicável nas causas em que for impossível atribuir valor ao bem jurídico pleiteado." (EDcl no AREsp 737.982/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017).

Não se vislumbra, assim, nenhuma das hipóteses previstas no § 8º do artigo 85 do CPC/2015 e autorizativas da fixação dos honorários por apreciação equitativa.

O § 6º do artigo 85 determina que "Os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito".

Dessa forma, cabia o arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais pela regra geral exposta no § 2º do artigo 85 do CPC/2015, razão pela qual merece ser acolhida a irresignação.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.
2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).
3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.
4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).
5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art.

85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, a fim de determinar que o Tribunal de origem fixe os honorários advocatícios nos termos da fundamentação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator